



ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE MACEIÓ

Aos dezoito dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e um, às dez horas, foi realizada, por videoconferência, através da plataforma Google Meet, em razão das medidas de contenção da pandemia da COVID-19, a Vigésima Segunda Reunião Ordinária do Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Maceió, sob a presidência da Sra. Ana Carolina Souza do Bomfim, representante da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA), contando com a presença dos representantes do **Poder Público**: Ivonilton de Araújo Mendonça (Titular) – Receita Federal do Brasil (RFB), Amaildo Tonidandel (Suplente) Receita Federal do Brasil (RFB), Weldell Petrocelli de Lima (Titular) – Marinha do Brasil, Joése de Andrade Bandeira Leandro (titular) – Administração do Porto de Maceió, Antônio Carlos Costa (Suplente) - Administração do Porto de Maceió da **Classe Empresarial**: Maurício Eduardo de Toledo (Titular) – Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (ABTRA), Aluízio de Souza Sobreiro (Titular) – Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB); e dos **Trabalhadores Portuários**: José Fernandes Costa Neto (Suplente) – FNE, Maxwell Pontes de Lima (Titular) FNP, Ailton da Silva Alves (Titular) FNP, Jabson Levino Silva (Suplente) – FNP; **Convidados Permanente**: Rafael Duarte Ferreira da Silva– ANTAQ; **Convidados**: Fábio Saboia – Assessor Comercial da APMC.

Item 1 – Expediente:

• **Subitem 1.1 – Leitura e aprovação da Ata da 21ª Reunião Ordinária de 2021.** Por unanimidade, o Conselho aprovou integralmente a referida ata, autorizando sua publicação. O Conselheiro Jabson Levino informou que na última reunião solicitou a ata da vigésima reunião e foi informado pela Secretária do CAP, Tânia, que a ata não foi encontrada no sistema do Porto, tendo em vista a troca de computadores, e insistiu que a referida ata seja apresentada na próxima reunião. A presidente Ana Carolina esclareceu que a Secretária tem o áudio dessa reunião e que vai providenciar essa ata, mas que, infelizmente, ela ainda não teve tempo para sua elaboração, por motivos devidamente justificados. A Secretária Tânia informou que vai se esforçar para entregar na próxima reunião, mas deixou registrado sua dificuldade, uma vez que as reuniões do colegiado agora estão muito perto uma das outras e que está com muitas atribuições além das que tem junto ao CAP.

• **Subitem 1.2 – Apresentação e Posse dos Conselheiros.** Após as devidas apresentações, a Presidente deu posse aos representantes abaixo relacionados, pelo período de 2 (dois) anos, ficando registrando que os termos de posse serão encaminhados aos envolvidos, por correio eletrônico, com vistas à assinatura e posterior restituição para arquivo deste Colegiado:

- Amaildo Tonidandel (Suplente), indicado pela Receita Federal do Brasil, Portaria nº 165, publicada no Diário Oficial da União de 05 de fevereiro de 2021;
- Antônio Carlos Costa (Suplente), indicado pela Administração do Porto de Maceió,



conforme Portaria nº 2.355, publicada no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2021;

- Maxwell Pontes de Lima (Titular), indicado pela FNP, conforme Portaria nº 361, publicada no Diário Oficial da União de 26 de março de 2021;

- Ailton da Silva Alves (Titular), indicado pela FNP, conforme Portaria nº 361, publicada no Diário Oficial da União de 26 de março de 2021;

Aproveitando a oportunidade, a Presidente solicitou aos conselheiros Aluísio e Jabson que assinassem seus temas de posse que foram encaminhados por e-mail.

• **Subitem 1.3 Leitura e distribuição de documentos recebidos.** A Presidente indagou se todos haviam recebido os itens de pauta. Todos confirmaram que sim. Em seguida, a secretária do CAP informou que o colegiado não recebeu nenhum outro documento.

• **Subitem 1.4 – Comunicações e avisos.** O Conselheiro Joése Leandro pediu autorização para a participação de um convidado, Sr. Fábio Saboya, Gestor Técnico Operacional da APMC, ressaltando a importância da sua participação, pois futuramente ele será indicado para que seja formalmente membro do CAP. A Presidente comunicou que o espaço do CAP no site do Porto de Maceió está ativo e com isso toda a comunidade portuária terá acesso às informações sobre o Colegiado, seu funcionamento, calendário de reuniões, pautas, atas e documentos de interesse do Conselho. Prosseguindo, registrou que alguns mandatos ainda estão vencidos como: ABTP, ANVISA, Associação Comercial-Suplente, VIGIAGRO-suplente, Município, Sindicatos dos Operadores, FENCCOVIB-suplente. Ressaltou também que as ausências nas reuniões deverão ser justificadas por meio de e-mail para a secretaria do CAP.

Item 2 – ORDEM DO DIA:

• **Subitem 2.1 – Revisão do Regimento Interno.** Foi colocado na última reunião que seria importante atualizar o regimento interno, aprovado em 2014 e que se encontra defasado. A presidente informou que entrou em contato com a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, e foi orientada a postergar a referida revisão, pois estão elaborando diretrizes e orientações para todos os CAP em relação aos regimentos, que serão divulgadas até o início do próximo semestre.

• **Subitem 2.2. Relatório Mensal de movimentação do Porto de Maceió, com comparativo em relação ao mesmo período do ano anterior.** O Conselheiro Joése Leandro informou que o porto de Maceió teve uma concentração grande do açúcar no primeiro trimestre, mas que caiu bastante no mês de abril. Em relação à movimentação do sal, houve um aumento bastante significativo, que é esperado para esse ano de 2021, uma vez que, como comentou na última reunião, os testes com a importação do sal realizados pela Braskem ao longo do ano 2020 foram satisfatórios e há uma boa expectativa para o ano 2021. Essa movimentação de sal supre o período da entressafra do açúcar que é bastante sentido pelo Porto, que vai de maio até



Setembro. Outro ponto de destaque é o aumento de faturamento no primeiro trimestre de 2021 da ordem de 55%. Esse foi o maior faturamento desde os anos 2000 (últimos registros encontrados), então foi o melhor trimestre ao longo desses 21 anos de faturamento, que está associado aos novos arrendamentos, às novas cargas de sal e o trigo. A Presidente Ana Carolina parabenizou a Administração do Porto pelo recorde. Indagou se algum conselheiro tem alguma dúvida ou algum comentário. O Conselheiro Jabson Levino solicitou esclarecimento por que a Braskem dá preferência trazer sal do Chile se temos no país, indagou se tem relação aos custos do Porto ou o se o produto em si é de melhor qualidade. A Presidente Ana Carolina lembrou que na reunião anterior esse tópico foi discutido e que o Almirante Leandro comentou que as propriedades do sal chileno são diferentes do sal do Rio Grande do Norte. O Conselheiro Leandro registrou que essa pergunta do Conselheiro Jabson Levino deve ser dirigida à Braskem, tendo em vista que o importador é a Braskem, não o Porto, mas que a informação passada pela Braskem é em relação a diferença de propriedades físicas e químicas do sal chileno e as do sal de Areia Branca/RN. Ressaltou que não entende tecnicamente como roda a planta da Braskem, como é o sal chileno e como é o sal brasileiro, mas essa diferença que nos foi passada faz com que o sal chileno seja mais adequado à planta da Braskem. Essa informação que temos e isso já foi comentado na reunião passada. O Conselheiro Aluísio registrou que é claro que para o Brasil seria ideal que o sal viesse do Rio Grande do Norte, Areia Branca, via aquaviária e descarregado no Porto de Maceió, só que isso foge ao controle da atividade portuária, ou seja, da administração portuária e não basta a vontade para quem está importando o sal, seja do Chile ou de outro local. Propôs que a Braskem fosse convidada para que viesse trazer informações a respeito disso, e com isso tirar as dúvidas do conselheiro. O Conselheiro Leandro registrou discordar do Conselheiro Aluísio em relação à Braskem, porque é um assunto que não cabe ao Conselho, porque seria mais um fórum econômico e não da Autoridade Portuária. Registrou que concorda que para o Brasil seria muito melhor se viesse de Areia Branca, inclusive participou de algumas reuniões sobre esse assunto, mas entende que não é um assunto que seja afeto ao Conselho, que não seria um debate que teria qualquer resultado a nossa atividade portuária. O Conselheiro Aluísio registrou que é simplesmente uma sugestão e que não tem nenhum intuito deliberativo. O Conselheiro Jabson Levino registrou como alagoano e pensando na economia do estado é de interesse que toda a sociedade que quanto maior envolvimento melhor. A Presidente Ana Carolina ressaltou que o Conselheiro Leandro colocou posição dele e abriu espaço para os demais conselheiros que quiserem opinar sobre o tema, mas que entende importante a Braskem participar da próxima reunião para apresentar suas considerações em relação a matéria. O Conselheiro Jabson informou ser favorável à convocação da Braskem. O Conselheiro Mauricio Toledo registrou que poderia fazer o convite só no sentido cultural. O Conselheiro Aluísio concordou. A Presidente Ana Carolina registrou que fará o convite à Braskem para participar da próxima reunião. O Conselheiro Antônio Carlos enfatizou ser uma relação comercial como já foi amplamente discutido e a título cultural seria interessante, já que todos acham conveniente, mas a tônica das respostas as indagações que serão realizadas aí será a mesma, aspecto já moldado pelos Conselheiros Aluísio e Leandro que é um aspecto qualitativo. Enfatizando que por várias vezes teve a oportunidade de ouvir da diretoria da própria Braskem que se trata de um aspecto qualitativo do produto deles que



vence todos esses outros obstáculos relacionados à logística e a questão de custos. A Presidente Ana Carolina relatou ter esse entendimento, está claro esta questão, mas como foi proposto aqui pelos conselheiros, vamos convidar a BRASKEM de qualquer forma para a próxima reunião, eles irão explicar o que já falamos aqui.

• **Subitem 2.3 - Manutenção da infraestrutura terrestre, elétrica e aquaviária do Porto de Maceió.** O Conselheiro Leandro registrou as obras de serviços que estão em andamento, como reforma no banheiro do SETOPE, enfatizando que é para uso não só do SETOPE, mas também para os trabalhadores portuários e funcionários que trabalham no entorno do Porto, como operadores portuários etc. A próxima obra a ser realizada nessa área ao longo do ano de 2021 é a reforma do banheiro do OGMO, que se encontra fechado. Com relação a parte de iluminação, foram adquiridos lâmpadas e refletores, mas há dificuldade de entrega dos refletores. Será feita substituição de toda a iluminação do Porto, interna e externa. É um investimento alto, mas em contrapartida tem-se a economia de energia, além da restauração da iluminação do Porto que está deficitária há bastante tempo. Outro projeto que está em andamento é a revitalização das estações e subestações de energia elétrica. Atualmente, há 3 subestações antigas e obsoletas. Subestações dimensionadas para o Porto quando este tinha guindaste e máquinas operando, o que não é mais a realidade. Continuando, informou que está trabalhando no projeto de revitalização IDE. Em seguida, registrou que nas últimas semanas choveu bastante e com isto houve problemas na rede de drenagem e que, após contato com o Prefeito de Maceió, uma equipe da prefeitura esteve no Porto para fazer um hidrojateamento na rede de drenagem fluvial, porém em virtude da quantidade de água que ainda existe não conseguiram realizar, provavelmente, na semana que vem se não chover, visando a evitar esse acúmulo de água nas vias internas de Porto. Também solicitou à prefeitura, que deu um sinal positivo, mas sem previsão de início, o asfalto na entrada de acesso do Porto, desde o sinal até a porta de acesso ao Porto, e até a curva do terminal da Petrobras. Sobre a questão do berço 8 na parte Aquaviária, ele foi construído em 1995, mas nunca foi atracado nenhum navio nesse berço. A APMC fez reunião com a praticagem e a autoridade marítima, na qual foram estabelecidos requisitos a serem listados para que possam verificar os investimentos necessários e elaboração de projeto para utilização do referido berço, após 25 anos de construção. Com relação à infraestrutura, estas são as informações. A Presidente Ana Carolina agradeceu as notícias e indagou se alguém tem alguma dúvida. O Conselheiro Antônio Carlos registrou à título de informação adicional que a iluminação interna já foi iniciada com a substituição das antigas lâmpadas por mais modernas de LED.

• **Subitem 2.4 Principais assuntos debatidos pelo CONSAD/CODERN.** O Conselheiro Leandro registrou que tomou conhecimento do Ofício do Ministério da Economia com relação ao benefício de assistência à saúde, conforme disposto na Resolução CGPAR nº 23, que estabelece prazo de até janeiro de 2022 para que as empresas estatais se adequem às resoluções ali estabelecidas e, em Maceió, ainda, não está de acordo com essa Resolução, então teremos que



informar isso ao Ministério da Economia e adotarmos as medidas até janeiro de 2022 para regularizar e atender ao que dispõem essa Resolução do Ministério da Economia. A Presidente Ana Carolina solicitou esclarecimento do tema. O Conselheiro Leandro esclareceu que ela estabelece parâmetros de participação das empresas estatais na concessão do benefício à assistência auxílio saúde aos trabalhadores, a empresa estatal tem que dispor do seu capital para somente uma parcela do plano de assistência à saúde, então hoje diversas empresas estatais pagam 100% deste benefício saúde, esse percentual a ser cumprido pelas empresas depende de alguns parâmetros e o restante pelo trabalhador, essa resolução é de 2018 e estabelece 4 anos para que as empresas cumprissem esses prazos, terminando em janeiro de 2022, temos que informar ao Ministério da Economia que não estamos cumprindo e qual o planejamento para que possamos nos adequar a essa determinação. A Presidente Ana Carolina solicitou que na próxima reunião essa matéria seja atualizada para acompanhamento, indagou se os demais conselheiros têm alguma dúvida em relação a esse ponto. O Conselheiro Jabson fez uma alerta que os acordos coletivos de trabalho e o sindicato dos trabalhadores pode ser fruto de acordo que supera até a Lei, então no que foi colocada pelo Conselheiro Leandro – Administrador do Porto, que em 2022 haverá a ponderação sobre os custos dividido entre porto e os trabalhadores do benefício de assistência à saúde, trabalhadores que já estão muito sacrificados em diversos pontos, inclusive em imposto de renda que é um absurdo, então fica difícil dividir tudo entre trabalhador e administração.

• **Subitem 2.5 Atualização sobre os trabalhos para atendimento da Resolução 32/2019 da ANTAQ.** O Conselheiro Leandro informou que, com relação à Resolução 32 da ANTAQ, várias medidas bastante favoráveis e realistas foram adotadas para apresentação tarifária do Porto. A CODERN fez um estudo incluindo o Porto de Maceió, em conjunto com a APMC, e remeteu o referido estudo para análise da ANTAQ. Ressaltou que apresentação tarifária do porto é a mola que faz a economia girar, então é um estudo que precisa de bastante debate e que sejam ouvidas todas as partes para que possa construir um modelo que seja ótimo para todos os atores envolvidos na atividade portuária. O Conselheiro Maurício Toledo registrou que tem recebido essa informação de todos os CAP, ou seja, procederam aí com a adaptação com que diria ser um novo modelo, e que tudo isso realmente está na ANTAQ e que está sendo avaliado, reavaliado, analisado. Então é uma informação geral e que a preocupação da parte empresarial é justamente o que o Conselheiro Leandro falou, tem que ser um ganho a ganho, isso é o que a gente quer acompanhar nesse sentido. A Presidente Ana Carolina informou ter esgotado a ordem no dia, passando para Assuntos Gerais.

Item 3 – ASSUNTOS GERAIS

A Presidente Ana Carolina sugeriu, tendo em vista que, devido à pandemia, não há expectativa para voltar as reuniões presenciais, que a assinatura da ata anterior, que já foi aprovada com unanimidade, seja assinada apenas pela Secretária Tânia, e seja divulgado no site do Porto, no



espaço do CAP e, quando as reuniões presenciais forem retomadas, todos assinam a ata, que obviamente não sofrerá nenhuma alteração. Todos concordam. O Conselheiro Maurício Toledo informou que uma outra conduta que vem sendo adotada, inclusive nos Órgãos de Governo, é no final colocar um parágrafo em que todos concordaram em reunião de CAP com a ata e, que ela deixou de ser assinada, haja vista o momento de pandemia. E ela nem precisa ser assinada posteriormente, várias entidades mandam para o governo todos os documentos e eles têm sido aceitos dessa forma, é um parágrafo que justifica a não assinatura haja vista um momento de pandemia, é uma outra ideia. O Conselheiro Jabson Levino registrou que não entendeu. O Conselheiro Maurício Toledo exemplificou: temos uma entidade e queremos mandar um documento para o Ministério da Economia que envolve assinatura de 4 pessoas, esse documento leva o nome dessas 4 pessoas e leva um parágrafo informando que este documento deixou de ser assinado haja vista as condições da pandemia e esse documento é encaminhado em PDF, por e-mail, no qual todas as pessoas estão em cópia. Assim, todas estão cientes e sabem que as pessoas concordaram com aquilo e que simplesmente deixaram de assinar por causa do problema de localização. O Conselheiro Jabson Levino indagou se isso traz segurança jurídica. O Conselheiro Maurício Toledo informou que entende que se todos os Órgãos do Governo estão considerando isso, porque a pandemia abriu esse problema jurídico nesse sentido, o senhor não pode estar presente agora para assinar a ata, não é verdade. Agora outra condição que eu coloco, é enviar essa ata para um conselheiro que estava presente, esse conselheiro assina ou digitalmente ou imprime, assina, escaneia e devolve, e aí ela vai percorrendo todo mundo. O Conselheiro Aluísio sugere que a primeira sugestão do Conselheiro Maurício seja acatada e que não há necessidade de assinatura de todos, porque o áudio fica guardado e se ninguém contestou e foi aprovado por unanimidade, fica para ser assinada no futuro ou talvez nem precisa se todos os presentes aprovaram a ata, é menos um trabalho, menos burocratização. O Conselheiro Maurício Toledo disse que irá compartilhar o texto de uma ata de assembleias que são reguladas pelo código civil, que quando não é presencial tem uma legislação que justamente diz que devem manter guardado a filmagem porque isso dá validade à assembleia virtual. A presidente Ana Carolina indagou se pode fechar assim: Tânia, como secretária, assina essa ata, com o parágrafo explicando que, por conta da situação de pandemia, os demais conselheiros não irão assinar. O Conselheiro Jabson Levino registrou ser um pouco conservador, explicando que há pouco tempo no sindicato houve uma assembleia, com uma presença relativamente boa, em virtude do Porto ter contestado o risco, e precisavam de uma taxa extra para pagar advogado, encaminharam essa ata para o Porto, e se negou a reconhecer a decisão dos trabalhadores em assembleia, que estava em comum acordo, e diz que as decisões de assembleia têm que ser acatadas, o administrador do Porto não acatou, está fazendo uma pesquisa perguntando a cada trabalhador se ele quer ou não, então imagine se isso fosse no Porto de Santos, com 10000 trabalhadores, que alguém tomasse essa posição, então então na realidade o sentido é manter e fazer a ata chegar a todos para assinar, ou ir todos ao Porto até a Secretaria do CAP e assina a ata e tudo isso aí aguardado e enviado para o site com assinatura presencial. A Presidente Ana Carolina ressaltou que é justamente essa a dificuldade, uma vez que não temos condição de ir ao Porto, devido a situação de pandemia, uma situação atípica, então é completamente justificável. Inclusive os outros CAP, como conselheiro Maurício colocou, por exemplo de Vitória, estão fazendo dessa forma, apenas o secretário do CAP está assinando e fica registrado ali as justificativas em razão da pandemia. O Conselheiro Aluísio registrou que há uma informação pretérita, é que quando nós estamos como membros do CAP, nós estamos exercendo uma função pública, da mesma forma que um servidor público, nós podemos pecar por ação, por omissão, e responder por isso, se ata foi lida e aprovada por todos, e esse áudio está arquivado, está no poder da Secretaria do CAP, entende que não podemos comparar com outras questões, de outros quóruns. Estou me reportando a este especificamente,



que é o Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Maceió, onde nós temos a liberdade de expressar nossas opiniões, como aconteceu aqui da minha parte com o Conselheiro Leandro, nem ele e nem eu fiz nada demais a não ser exercer um ponto de vista, uma visão, e dessa forma a gente colocou. Então não vejo, realmente, essa necessidade. Respeito o Conselheiro Jabson Levino mas acho que ficar à disposição em encontros futuros para que sejam assinadas. Mas não deve ser invalidada a ata que foi lida e ouvida por todos, e que foi aprovada. Essa é minha opinião como representante da Associação Comercial no Brasil. A Presidente Ana Carolina agradeceu ao Conselheiro Aluizio e então indagou se alguém é contrário a essa proposição de que somente a Tânia assine a ata, com a justificativa por conta da pandemia. Visto que ninguém discordou, será passado dessa forma. Prosseguindo, o Conselheiro Leandro fez uma atualização com relação aos arrendamentos, informou que em julho será realizado o leilão do MAC14, que é a área que será destinada à exportação do cavaco de madeira. Em setembro, teremos o leilão do MAC13, nosso terminal de açucareiro. E em dezembro, a previsão é que tenhamos os leilões do MAC11 e MAC12, são os terminais de granéis líquidos. São notícias boas que trarão um novo horizonte para o Porto de Maceió. O Conselheiro José Fernandes Neto, na qualidade de suplente de trabalhador portuário avulso, informou que tem chegado várias reclamações no sindicato sobre a precariedade do estacionamento do Porto e sobre o acesso em geral. Tiveram alguns registros de furto de veículos, furos nos pneus com parafusos, pregos, pedras que têm naquele local, inclusive existência de vários buracos e iluminação praticamente inexistente. Indagou se a APMC tem conhecimento dessa situação, se está sendo adotada alguma providência ou se é o caso de formalizar esse relato. O Conselheiro Leandro agradeceu o relato e informou que essas questões são recentes da parte de funcionamento do porto, mas importante para permitir que seja apresentado qual foi o fato gerador dessa mudança e quais foram as ações adotadas. Esclarece que o Porto de Maceió nunca teve o ISPS CODE plenamente aprovado, o certificado de cumprimento nunca foi obtido e, recentemente, houve uma inspeção da CONPORTOS, que é o início para o Porto obter esta certificação. A CONPORTOS expediu uma série de observações, uma lista enorme de discrepâncias, de questões que precisam ser corrigidas em relação à segurança do Porto como um todo, e uma delas foi a questão do estacionamento. Ressaltou que hoje na área operacional de qualquer Porto organizado não é possível o estacionamento de veículos particulares junto aos armazéns, junto à área primária do Porto. Além dessa inspeção da CONPORTOS, também ocorreu uma notificação do Ministério Público do Trabalho com relação a vários veículos estacionados no entorno do armazém número 5. A determinação da CONPORTOS, enquanto não se tem ainda todo o aparato de segurança e controle de acesso como virá a funcionar daqui a algum tempo, foi que não permitíssemos mais o acesso de veículos, exceto aqueles estritamente necessários e autorizados, de maneira a diminuir o fluxo de veículos no interior da área primária. Então, onde hoje existe uma guarita, foi estabelecido uma barreira e foi criado um estacionamento de improviso. Inclusive não poderá ser ali, porque aquela área será a área do cavaco, então foi criado um estacionamento para os funcionários que estão trabalhando na obra do terminal, dos trabalhadores portuários, de forma que só acesse a área primária por determinação da CONPORTOS e por determinação do Ministério Público do Trabalho, a redução desses veículos. Continuando, informou que está trabalhando para melhorar a iluminação ao Porto como um todo e até quando a MAC14 vier a funcionar, ter aquela área mais bem definida e estabelecida como estacionamento. Com relação a furar o pneu, informou que estava presente quando o carro passou perto do local e furou o pneu, mas já foi feita uma limpeza de toda a área para a retirada desse material, só que de forma muito rápida, por conta da notificação do MPT. Ressaltou que a Administração do Porto estava aguardando ainda implementar outras medidas para que essa fosse adotada, mas por imposição da CONPORTOS por conta dessa situação que ocorreu, foram adotadas imediatamente essas medidas. Destacou



que outras medidas serão adotadas para melhorar a segurança, isso é um compromisso da APMC com os trabalhadores portuários de melhorar as condições, já houve melhoras no banheiro, vão retomar o toldo para as proteger da chuva, porque o pessoal está com dificuldade de se acomodar quando chove, para permitir que o pessoal trabalhe com dignidade e colabore cada vez mais com o crescimento do Porto de Maceió. O Conselheiro Jabson Levino fez observação de que teve muito investimento no Porto na época do Administrador Domício Silva, que foram realizados investimentos com recursos próprios. A verba que deveria ser encaminhada ao Porto de Maceió ficou em Natal. Em relação ao ISPS CODE, foi investido recurso em câmeras, cancelas, sistema de monitoramentos, mas hoje está tudo sucateado, abandonado, então será necessário começar tudo novamente agora. O Conselheiro Leandro pode não ter conhecimento desse fato, mas o controle era muito rígido na época em termos de segurança, então, infelizmente, o Porto está totalmente sucateado, o que deveria ser fruto até de apuração. O Conselheiro Leandro agradeceu as colocações, e confirmou que esse investimento aconteceu em 2008, em câmeras e material para a segurança, só que esse investimento não garantiu ao Porto a condição do ISPS CODE pleno, ficou em uma situação mediana. Apesar de não ter a certificação, tinha uma condição de segurança razoável, mas que ao longo dos anos foi depreciado, hoje não existem câmeras, não existem um controle de monitoramento, e o controle de acessos muito fraco. Não existe controle de acesso digital, então a APMC está trabalhando para conseguir realizar isso que foi apresentado à CONPORTOS e à CESPOTOS. Pontuou que não é uma situação fácil, porque o Governo Federal não está investindo nessa parte de infraestrutura. O Porto já entregou à CESPOTOS o estudo de avaliação de risco, o plano de segurança portuária está em avaliação, e será encaminhado a CESPOTOS, e com base nesse plano de segurança, será elaborado o projeto base para poder contratar uma empresa, por meio de licitação. É um investimento alto que está entrando no planejamento do Porto. O Conselheiro Jabson Levino sugeriu ao Administrador do Porto que, após os relatos das dificuldades que tem o trabalhador em se deslocar do estacionamento para a parte operacional em época de chuva ou até mesmo em época de sol, que primeiro solucione todos esses problemas para então dar prosseguimento em instalar sistema de monitoramento. O Conselheiro Antônio Carlos acrescentou que o plano de segurança foi implantado em 2008, cumprindo, em parte, com as exigências tal qual foi colocado pelo Conselheiro Leandro. Atualmente, está funcionando temporariamente como o termo de aptidão, obteve-se a declaração de cumprimento porque foi parte de um todo que nós executamos à época. Em relação à questão de acesso dos trabalhadores, informou que houve reunião do sindicato dos arrumadores e estivadores e adquiriram um ônibus em que atendiam a esses trabalhadores que entravam previamente controlados e após a liberação de acesso eram conduzidos até a área portuária próximo ao navio, através de ônibus e não de carros particulares, que nunca foi permitido. Com esse afrouxamento da segurança, em razão desse sucateamento já sinalizado, veio ocorrer isso e voltamos a ser inqueridos pelos Órgãos de controle. O conselheiro Jabson Levino aproveitou a oportunidade para solicitar também, como sugestão a aquisição do fardamento da guarda portuária que faz parte de todo esse sistema de ISPS CODE e retirar os vigilantes da empresa Tigre de serviço de conferência. O Conselheiro José Fernandes indagou se a situação dos vigilantes da Tigre estarem fazendo a conferência de cargas era do conhecimento da administração. O Conselheiro Leandro informou que para todo veículo que entrar nas instalações do Porto tem um determinado procedimento, o que é de obrigação da empresa Tigre, e não vinha sendo feito há algum tempo, justamente sobre o controle de acessos. Então o funcionário terceirizado contratado para serviço de segurança tem determinadas tarefas que ele precisa cumprir, inclusive previstas em lei. Nessa linha não é a questão de conferência, o que o vigilante está fazendo é um serviço que faz parte de suas obrigações, que não vinha fazendo e isso contribuía para alguns tipos de irregularidades ou de descontroles por parte do



funcionamento do Porto como um todo. Inclusive todos os vigilantes da Tigre, que é a empresa terceirizada no momento até a próxima licitação, passarão por uma requalificação e será feita um treinamento para cada um deles porque não está atendendo ao que o Porto necessita e o que é exigido no aspecto de segurança. O Conselheiro José Fernandes se colocou à disposição para qualquer contato nesse sentido, tendo em vista que o escritório que faz parte, presta serviços de advocacia para Tigre. O Conselheiro Leandro agradeceu e informou que mantém contato com a Tigre justamente para melhorar a maneira dos seus funcionários se comportarem e conduzirem as tarefas que são inerentes a classe. O Conselheiro Jabson Levino pontuou que antes existia uma coleta de dados na entrada do Porto, para caminhões de combustíveis e estacionamento, que é um TAC que determina que seja feito e não pode ser feito por vigilante, mas por pessoal especializado. O serviço vem sendo executado de forma incorreta, o Porto vinha perdendo dinheiro e fazendo a renúncia tarifária. Esse questionamento será feito formalmente a nível agora de federação. A Presidente agradeceu e indagou se tem mais alguma manifestação a ser colocada ou alguma sugestão de pauta para a próxima reunião, além da pauta fixa. Não houve contribuições para a pauta. O Conselheiro Jabson Levino indagou o que impede a reunião ser presencial, pois em Maceió foi aberta vacinação a todos os portuários. A Presidente Ana Carolina respondeu que o impedimento se dá pela pandemia, que faz com que todos tenham que manter medidas de distanciamento. O Conselheiro Antônio Carlos registrou que o decreto governamental ainda está em vigor com relação a esse controle da pandemia e que deve ser observado. A Presidente informou que o estado de calamidade continua e que as reuniões online estão atingindo seu objetivo e questionou se alguém tem entendimento contrário. Sobre a vacinação, o Conselheiro Leandro informou que assim que os portuários foram incluídos no PNI, a APMC enviou uma carta ao Governador e uma carta ao Prefeito, que há cerca de 3 semanas conversou com o Prefeito, reiterando o pedido para que os portuários fossem vacinados. No dia de ontem, segunda-feira, foi o primeiro dia de vacinação dos rodoviários, ferroviários e portuários, grande parte da parcela já iniciou a vacinação.

Item 4.0 – ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS. Não havendo outro assunto a ser tratado, a Presidente deu por encerrada a Vigésima Segunda Reunião Ordinária do CAP do Porto de Maceió, da qual eu, Tânia Maria Ferreira Silva de Melo, Secretária, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim, pela Presidente e pelos Conselheiros presentes.

Ana Carolina Souza Bomfim

Membro Titular

Representante da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura

Ivonilton de Araújo Mendonça

Membro Titular

Representante da Receita Federal do Brasil

Amaildo Tonidandel

Membro Suplente

Representante da Receita Federal do Brasil (RFB)

Weldell Petrocelli de Lima

Membro Titular

Representante Marinha do Brasil

Joése de Andrade Bandeira Leandro

Membro Titular

Representante da Administração do Porto de Maceió

Antônio Carlos Costa

Membro Suplente

Representante Administração do Porto de Maceió



CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE MACEIÓ

Maurício Eduardo de Toledo

Membro Titular

Representante da Associação Brasileira
de Terminais e Recintos Alfandegados (ABTRA)

Aluízio de Souza Sobreiro

Membro Titular

Representante da Associação de Comércio
Exterior do Brasil (AEB)

José Fernandes Costa Neto

Membro Suplente

Representante da FNE

Maxwell Pontes de Lima

Membro Titular

Representante da FNP

Ailton da Silva Alves

Membro Titular

Representante da FNP

Jabson Levino Silva

Membro Suplente

Representante da FNP

Em atendimento às medidas de isolamento social, esta Ata não traz a assinatura física de todos os signatários, os quais têm plena ciência de seu conteúdo. Em sua 22ª Reunião Ordinária, de 18 de maio de 2021, o Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Maceió determinou a publicação deste documento no site da Administração do Porto de Maceió, apenas com a assinatura da Secretária do Conselho, até que se normalize a atual situação do enfrentamento mundial à pandemia do coronavírus.